

Apresentação

O INTERESSE PELA CAPITAL, OU CAPITALIDADE, NÃO É NOVO. EM 1682, Alexandre Le Maître publicava a obra *La métropolitée, ou De l'établissement des villes capitales, de leur utilité passive et active...*,¹ na qual discorre sobre o alcance econômico da capitalidade, essa nova condição social, política, territorial e urbana das sociedades do Antigo Regime europeu. Contemporaneamente, o tema vem sendo explorado de forma múltipla e aprofundada por historiadores, geógrafos, arquitetos e urbanistas. Desde o estudo incontornável de Giulio Carlo Argan, *L'Europa delle capitali*,² podem ser mencionadas as coletâneas *Le città capitali*, coordenada por Cesare De Seta,³ e *Lugares de poder. Europa. Séculos xv a xx*, coordenada por Gérard Sabatier e Rita Costa Gomes,⁴ obra centrada no tema da residência e do panteão do poder e da sua mutação da Idade Média aos dias atuais. Cite-se ainda o livro *Cidades capitais do século XIX: racionalidade, cosmopolitismo e transferência de modelos*, organizado por Heliana Angotti Salgueiro, resultado de seminário ocorrido em 1996.⁵ Entre tantos outros, mais recentemente, o dossiê “Capitais sonhadas, capitais abandonadas”, organizado por Laurent

1 LE MAÎTRE, Alexandre. *La métropolitée, ou De l'établissement des villes capitales, de leur utilité passive et active...* Amsterdam: Balthes Boekholt pour Jean Van Gorp, 1682.

2 ARGAN, Giulio Carlo. *L'Europa delle capitali*. Genève: Skira Editore, 1964.

3 DE SETA, Cesare. *Le città capitali*. Bari: Laterza, 1985.

4 SABATIER, Gérard & GOMES, Rita Costa (org.). *Lugares de poder. Europa. Séculos xv a xx*. Lisboa: Fundação Caloute Gulbenkian, 1998.

5 SALGUEIRO, Eliana Angotti. *Cidades capitais do século XIX: racionalidade, cosmopolitismo e transferência de modelos*. São Paulo: Edusp, 2001.

Vidal e publicado no Brasil⁶ e na França,⁷ retoma de maneira inovadora o tema da capitalidade e da mobilidade das capitais nas Américas.

O livro que ora propomos tem, por um lado, o objetivo de consolidar e dar continuidade às reflexões de um grupo de professores e pesquisadores que há muito vêm trabalhando juntos, trocando experiências e dialogando sobre temas afins – vários deles inclusive compõem o Doutorado Patrimônios de Influência Portuguesa, que, com sede na Universidade de Coimbra, conta com a parceria efetiva dos Programas de Pós-Graduação em História, em Arquitetura e Urbanismo, e em Letras e Literatura da Universidade Federal Fluminense.⁸ Por outro lado, sua intenção é alargar a possibilidade de interlocução e publicitar essas discussões com a participação de outros pesquisadores, professores e alunos. Em dezembro de 2008, realizou-se, no âmbito dos Departamentos e Programas de Pós-graduação em História e em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense, um primeiro seminário, que, sob o tema “Rio de Janeiro e Lisboa: a capitalidade nos dois lados do Atlântico”, pretendeu, à guisa de comemoração dos 200 anos da transferência da família real portuguesa para o Brasil, refletir sobre a experiência das capitais nos territórios ibéricos e ultramarinos, e os significados da capitalidade dessas cidades.

Em junho de 2015, um novo seminário congregou os mesmos e outros pesquisadores, no intuito de rememorar uma outra data expressiva: o ano de 1815, quando o Brasil foi “elevado” à categoria de Reino Unido a Portugal e Algarves. Essa foi uma oportunidade para refletir de forma mais abrangente sobre temas candentes e bastante atuais, quer nas historiografias ibérica e íbero-americana, quer nos estudos sobre o urbanismo nos dois lados do Atlântico, nas Américas, na Europa e na África.

Os capítulos que compõem este livro discorrem sobre as cidades-capitais no âmbito do mundo de língua portuguesa, espaço territorial e oceânico que apresenta uma grande diversidade e inúmeras singularidades regionais e locais, numa larga cronologia, marcada por múltiplas inflexões e distintas conjunturas. Os temas aqui tratados percorrem a itinerância da corte e

6 VIDAL, Laurent (org.) “Capitais sonhadas, capitais abandonadas”, *História (São Paulo)*, vol. 30, n. 1, Franca, junho, 2011.

7 VIDAL, Laurent (dir.). *Capitales rêvées, capitales abandonnés. Considérations sur la mobilité des capitales dans les Amériques (xvii-xxe Siècle)*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2014.

8 Cf. ROSSA, Walter & RIBEIRO, Margarida Calafate (org.). *Patrimônios de Influência Portuguesa: modos de olhar*. Lisboa e Niterói: Imprensa da Universidade de Coimbra e Eduff, 2015.

das capitais nos territórios europeu e ultramarino, as sociabilidades urbanas, seja das elites, seja de pretos e pardos, e as diferentes escalas de capitalidade em Portugal, nas ilhas atlânticas, no Brasil, no Grão-Pará e Maranhão e nos territórios insulares africanos, como Cabo Verde. Pretende-se, enfim, refletir sobre as noções, as experiências e as representações da capitalidade, do urbanismo, da sociabilidade e do patrimônio em cidades e territórios que compartilharam e ainda hoje compartilham muitas coisas.

Sua primeira parte, *Reinos*, é composta por três capítulos: “Cidades, capitais e territórios na cultura política ibérica da época moderna”, de Pedro Cardim, “Casas da corte quinhentistas: itinerância e capitalidade, geografia e programa”, de Luísa Trindade, e “Lisboa: da utopia de uma imagem de capital ribeirinha”, de Walter Rossa.

Pedro Cardim discorre sobre a cidade e o seu lugar na cultura política dos séculos XVI e XVII. Analisa a dimensão comunitária, identitária e política do mundo urbano em Portugal e na monarquia hispânica. Começa por tecer considerações sobre a cidade como tema de reflexão e de debate nos séculos XVI e XVII. Aborda o papel que a cidade desempenha como comunidade e como elemento de identificação. Discute a relação entre o governo da cidade e o governo de comunidades mais vastas, mencionando as assembleias de cortes, reunião dos poderes urbanos no reino de Portugal. Versa sobre a emergência da ideia de cidade capital e suas implicações políticas, e explora o nexo entre capitalidade e estatuto político do território.

O capítulo de Luísa Trindade tem como objeto o conjunto de “casas da corte” no século XVI e, sobretudo, no reinado de d. Manuel. Ao mesmo tempo que Lisboa se assumia definitivamente como capital, a mobilidade da corte, a itinerância do rei e da rainha por outras cidades como Coimbra e Évora, não havia de todo se extinguido. Referindo-se aos paços da Alcáçova, de Santos, de Alcântara, da Ribeira, de Xabregas, de Almeirim, Muge, Alcochete e Sintra, próximos a Lisboa, a autora propõe uma reflexão em torno de questões aparentemente paradoxais como a itinerância e a noção de capitalidade, a multiplicidade de espaços de representação do poder e a complexificação crescente do programa em resposta ao também mais exigente cerimonial da corte.

Walter Rossa reflete sobre o binômio fronteira e capitalidade, que é, no caso português, extraordinariamente precoce e, paradoxalmente, acaba por ser reforçado no processo de formação, desenvolvimento e ocaso do império ultramarino. A seu ver, a formação da capitalidade de uma cidade é uma construção na qual interagem variadíssimos fatores, nem todos objetivos, e suas representações também não são unívocas e uníssonas.

Nesse sentido, a construção da imagem de Lisboa como capital do império português nos tempos modernos foi sincrônica com a de outras monarquias europeias, mas passou por processos próprios, difíceis de descortinar entre mitos e realidades. Propõe-se, enfim, a elencar as diferentes fases e momentos de maior intensidade da construção da imagem de capital de Lisboa na primeira modernidade.

A segunda parte versa sobre ilhas e se compõe dos capítulos escritos por Antonieta Reis Leite e Fernando Pires. Em “Ideias e formas de capitalidade nas ‘ilhas do mar Oceano ocidental’ (1420–1580)”, Antonieta Leite argumenta que a invenção de uma capital como cabeça de um domínio uno foi uma ideia de difícil concretização nos espaços do Atlântico português. Além de ser uma criação forçada, porque incompatível com a expressão territorial naturalmente fragmentada de arquipélagos, houve a circunstância de que esses territórios, descobertos despovoados, vieram a integrar uma realidade ultramarina nova, cujo limite geográfico conheceu diversas configurações. Isso, contudo, não significou que não tenham sido tentadas a criação e a representação de uma capitalidade e menos ainda implicou que a definição de uma hierarquia de lugares tenha ficado ausente do processo de ocupação e construção do território. Em suma, a autora pretende identificar os momentos e processos de fabricação da ideia, ou ideias, de capitalidade nos dois primeiros espaços de colonização atlântica, os arquipélagos da Madeira e dos Açores, bem como explorar a forma como se materializaram essas ideias na paisagem construída nos primeiros dois séculos de sua ocupação.

Por sua vez, Fernando Pires, debruçando-se sobre o arquipélago de Cabo Verde, afirma que a disputa pela capitalidade tem sido recorrentemente encarada pelos habitantes das ilhas como vital para a sua sobrevivência. Desde os primeiros questionamentos sobre a localização da cidade da Ribeira Grande, então capital das ilhas ainda no século xvi, até a concorrência que se gerou no século xix entre as cidades de Mindelo e da Praia, essa questão continua presente na sociedade cabo-verdiana. Defende, no entanto, não ser este um problema meramente burocrático que se esgota no tema da escolha da capital. Enfim, a disputa pela capitalidade é ciclicamente reativada, tornando-se uma das mais importantes dimensões da dinâmica cabo-verdiana. Seu capítulo apresenta alguns episódios desse embate, lançando luz sobre outros aspectos da relação entre os diferentes núcleos urbanos no arquipélago e questionando sobretudo a hierarquia entre eles.

A terceira parte do livro, “*Brasis*”, séculos xvi a xviii, é composta pelos capítulos de Thiago Krause, Maria Fernanda Bicalho, Larissa Viana, Cláudia Damasceno Fonseca, Aluísio Gomes Lessa e Renata Malcher de Araujo.

Em “O que faz de uma capital, capital? A incompleta centralidade de Salvador da Bahia”, Thiago Krause reconhece que a cidade de Salvador da Bahia de Todos os Santos foi pensada e construída como capital desde a sua fundação. No entanto, sua posição dominante na América portuguesa não estava garantida, como se percebe pelo fato de os governadores-gerais terem passado oito dos 17 anos entre 1602–1619 em Olinda, atraídos pela riqueza de Pernambuco, então a mais próspera capitania do Brasil. Em finais do Seiscentos, porém, a situação mudou radicalmente. O autor demonstra como se desenvolveu a centralidade da cidade de Salvador, resultado de uma ampla combinação de fatores: sua atuação como baluarte de resistência contra os holandeses, sua produção canaveira que implicou uma massiva importação de cativos africanos, seu acelerado crescimento populacional, seu papel como empório comercial e a elevação do estatuto social e político dos seus governantes. Analisa como o estatuto político de uma capital ultramarina foi construído não só a partir de decisões emanadas da Europa, mas também, e principalmente, em razão de desenvolvimentos locais, que condicionaram as resoluções régias.

No sétimo capítulo, “A capitalidade (a)territorial do Rio de Janeiro nos séculos xvii e xviii”, Maria Fernanda Bicalho se propõe a investigar a crescente centralidade da cidade e da capitania do Rio de Janeiro no interior da região centro-sul da América portuguesa no período compreendido entre 1680 e 1808. Analisa três diferentes conjunturas para melhor compreender o processo de construção política da centralidade da cidade no interior de um vasto território, também em construção, segundo uma dinâmica marcada por profundas confluências entre interesses locais, regionais e imperiais. A conjuntura de 1680 a 1720 se inicia com a fundação da Colônia do Sacramento e termina com a criação da capitania de Minas Gerais, separada da de São Paulo. A segunda conjuntura, de 1720 a 1763, privilegia a criação de vilas no sul da América portuguesa, subordinadas aos governadores do Rio. A terceira conjuntura tem seu ponto inaugural na transferência da capital do Estado do Brasil da cidade de Salvador para a do Rio de Janeiro, encerrando-se com a transferência da família real portuguesa e de sua corte, órgãos e instituições em 1808.

“Cidade multiétnica e hierarquias urbanas: as irmandades de pardos no Rio de Janeiro, segunda metade do século xviii”, capítulo de autoria de Larissa Viana, se constrói a partir do argumento de que, desde o início do século xx, uma abordagem pioneira na história dos negros no mundo Atlântico se tem dedicado intensamente a narrar, debater e analisar os modos como os escravizados e seus descendentes pensavam, agiam e transformavam as sociedades em que viviam. Do interior do continente ao litoral africano, do tráfico ne-

greiro às sociedades americanas e daí às mais diversas áreas europeias, muitos foram os caminhos trilhados por homens e mulheres marcados pela experiência da escravidão. A autora aborda a formação das irmandades religiosas no contexto escravista, considerando especificamente a criação dessas instituições no Rio de Janeiro colonial, e explora traços da convivência no interior das irmandades, visando compreender aspectos das identidades de homens e mulheres que buscaram construir seus laços religiosos nesses espaços.

Em “A ideia de capitalidade e as rivalidades urbanas nas Minas Gerais setecentistas”, Cláudia Damasceno Fonseca analisa como, durante o século XVIII, Vila Rica, Mariana e outras localidades de Minas Gerais disputaram entre si as prestigiosas funções de sede da capitania, do bispado mineiro, de novas comarcas e mesmo de freguesias. Demonstra como as representações textuais e cartográficas produzidas durante esses conflitos contêm diversos discursos sobre a ideia de capitalidade e de território. E, por fim, discute os procedimentos de natureza cadastral levados a cabo pelas câmaras e por outras autoridades em momentos estratégicos da história política local.

No capítulo “Fazer de uma ilha uma capital: a vila, a ouvidoria e a capitalidade da ilha de Santa Catarina no século XVIII”, Aluísio Gomes Lessa analisa uma série de transferências de sedes de instituições ocorridas na fronteira meridional do Brasil, buscando investigar como a dignidade da cabeça de um território podia alterar-se de acordo com as instituições ali instaladas. Discute aspectos da construção, da disputa e da diminuição de importância de uma capital em meio à atuação de agentes como governadores, oficiais camarários e ouvidores. Seu principal questionamento reside em como a ilha de Santa Catarina construiu sua capitalidade a partir da instituição, em 1738, de um governo, com seu governador, e da instalação, em 1749, na vila de Desterro, da sede da ouvidoria. Leva em conta alguns elementos da relação entre as capitanias de Santa Catarina e do Rio Grande de São Pedro e os processos de itinerância aos quais suas vilas principais foram submetidas em função das invasões castelhanas nas décadas de 1760 e 1770.

Em “O estado do Maranhão e Grão-Pará e as suas capitais”, Renata Malcher de Araujo discute como, ao longo do século XVI, a apropriação territorial do norte do Brasil foi sobretudo simbólica e centrada no imaginário do rio Amazonas. No século XVII, o que desencadeou a intervenção efetiva sobre o território foi a instalação urbana de São Luís (1615) e de Belém (1616). O estado do Maranhão e Grão-Pará foi criado em 1621, dissolvido em 1652 e reinstituído em 1654. Naquele quadro, em que se observam sucessivas reconfigurações territoriais, a polaridade de certo modo antagônica entre São Luís e Belém teria sido uma das bases sobre a qual se forjou a

identidade regional amazônica. Sua intenção é, enfim, discutir o papel que desempenharam as capitais nesse desenho e redesenho do território e das circunscrições político-administrativas. Nesses termos, não foi à toa que, quando da criação das novas capitanias do Rio Negro e do Piauí, uma das discussões mais pertinentes foi a da localização das suas capitais.

A quarta parte do livro, *Brasil e Portugal, séculos XIX e XX*, abrange diferentes aspectos da sociabilidade, da arquitetura, do urbanismo, da itinerância e do patrimônio de cidades-capitais em Portugal e no Brasil nesses dois séculos. Maria Alexandre Lousada, no capítulo “Cultura, política e lazer numa capital sem corte: Lisboa no início do Oitocentos”, nos mostra como, entre finais do século XVIII e as primeiras décadas do Oitocentos, as formas, as práticas e os locais de sociabilidade conheceram importantes transformações, particularmente visíveis nas cidades-capitais, reforçando o papel hegemônico das suas dimensões políticas e culturais, e forjando uma nova urbanidade. Em Lisboa, o número e a diversidade de espaços de sociabilidade eram muito superiores aos existentes meio século antes. A novidade residia não apenas no aumento extraordinário do número de tabernas e cafés, mas também na criação de espaços e práticas novas – como os salões e as assembleias, o passeio público, os gabinetes de leitura – e no declínio de outros mais antigos, como as academias e as confrarias. Globalmente, assistiu-se à renovação e à criação de práticas e espaços específicos de sociabilidade por parte dos diferentes grupos sociais, sociabilidades ora mais autônomas em relação ao espaço cortesão e à esfera religiosa, ora mais diversificadas e especializadas, inserindo-se umas no processo de comercialização de atividades associadas ao lazer e contribuindo outras para a formação da esfera pública.

No capítulo “Arquitetura e urbanismo na construção da imagem de capital no Rio de Janeiro dos vice-reis a Pedro I”, José Pessôa discute como a transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro em 1808 conferiu à cidade o *status* de centro da administração do império português, propiciando transformações no espaço do largo do Paço, novos equipamentos urbanos da cidade-corte, uma arquitetura efêmera na consolidação de uma nova sociabilidade cortesã, expansão e modificações do tecido urbano, e transformações na ocupação do território da baía de Guanabara. A leitura proposta pelo autor pretende identificar o quanto as novas dinâmicas por que passou a cidade para acomodar o grande fluxo de portugueses, estrangeiros e “brasileiros” que para ela afluíram podem ser relacionadas a uma ideia e a uma imagem de capital.

Em “A encenação do poder na cidade. Reflexões em torno da mudança da capital do Brasil (1956–1960)”, Laurent Vidal argumenta que os sessenta

anos da inauguração de Brasília como nova capital do Brasil oferecem aos historiadores uma oportunidade para pensar as capitais como tipo específico de cidade: qual é a natureza das cidades-capitais? Em que se distinguem das outras cidades? Como nas cidades-capitais se manifestam as relações tecidas entre o poder e a cidade? Sua análise e sua resposta a esses questionamentos se apoiam em um estudo de caso: a maneira como o presidente Juscelino Kubitschek encenou a inauguração de Brasília, mas também a sua saída do Rio de Janeiro no último dia em que o Rio foi capital. Em tal ocasião, Juscelino encenou uma dupla dramaturgia: no Rio, a saída do poder; em Brasília, a instalação do poder. Se a história fornece vários exemplos de exibição do poder no momento de uma inauguração, é bem mais raro encontrar um exemplo de encenação de uma saída. Assim, a partir da análise dessa encenação cruzada, o autor se propõe a responder à questão da natureza das cidades-capitais como tipo específico de cidade.

Por fim, no último capítulo, “Representações materiais de uma capital: a construção do patrimônio cultural edificado no Centro da cidade do Rio de Janeiro”, Guilherme Meirelles Mesquita de Mattos defende que recuperar o passado das cidades ao rememorá-las no presente implica atribuir-lhes valor, reconhecendo seus momentos prévios como elementos dignos de discussão e debate num contexto contemporâneo. A seu ver, pensar em patrimônio edificado e em sua construção como um bem patrimonial é pensar em um projeto de futuro no contexto urbano. No caso da cidade do Rio de Janeiro, seus diversos projetos de futuro ao longo do tempo entrelaçam-se a seus distintos períodos de capitalidade. Outrora capital do Estado do Brasil (1763), do Reino Unido (1815), do Império do Brasil (1822), da República (1989) e do estado da Guanabara (1960), e atual capital do estado homônimo, nesses diversos momentos pode-se entrever um desejo do que a cidade do Rio de Janeiro dev(er)ia ser e aparentar. O autor aprofunda essas questões, ao investigar a construção do patrimônio cultural edificado no Centro da cidade do Rio de Janeiro.

Nossa intenção na organização deste livro foi, portanto, proporcionar ao leitor diferentes perspectivas e um amplo debate – com a contribuição de arquitetos, geógrafos e historiadores – em torno do urbanismo, da sociabilidade e do patrimônio de cidades capitais no mundo de língua portuguesa.

Rio de Janeiro, agosto de 2020

MARIA FERNANDA BICALHO

JOSÉ PESSÔA